



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

## INFORMATIVO



# Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados à Pesquisa Judiciária - Autoinstrucional

<b>Inscrição</b>	A partir de 19 de agosto de 2024
<b>Formato</b>	Telepresencial, por meio da plataforma EaD do CEduc-JT: <a href="https://ead.csjt.jus.br">https://ead.csjt.jus.br</a>
<b>Disponibilidade do Curso</b>	40 dias após realizada a inscrição
<b>Carga-Horária</b>	4 horas-aula
<b>Público-Alvo</b>	Servidores da Justiça do Trabalho com interesse e atuação em pesquisa judiciária e proteção de dados.

## OBJETIVOS DO CURSO

O curso foi construído para que os servidores interpretem e apliquem as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados ao fornecimento de dados na gestão da utilização em pesquisas empíricas na Justiça do Trabalho.

## REQUISITOS DESEJÁVEIS

Para participação no curso, é desejável que os alunos façam dois cursos introdutórios ao tema. Os cursos indicados são:

- Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais, com carga horária de 10h, pelo link: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/153/justrabalho>; e
- Proteção de Dados Pessoais no Setor Público, com carga horária de 15h, pelo link: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/290/justrabalho>.

Ambos os cursos indicados estão disponíveis na página da Justiça do Trabalho, na Escola Virtual de Governo - EV.G, da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, no endereço eletrônico: <https://www.escolavirtual.gov.br/p/justrabalho>.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## 1. Introdução Geral a LGPD

### 1.1. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

### 1.2. Tratamento de Dados Pessoais Pelo Poder Judiciário

### 1.3. Política de Proteção de Dados Pessoais no CSJT

## 2. Proteção de Dados Pessoais em pesquisas acadêmicas e de institutos de pesquisa

### 2.1. Qualificação como órgão de pesquisa

### 2.2. Disponibilização de acesso

## 3. Tratamento de Dados Pessoais na Rede de Pesquisa Judiciária

### 3.1. Diretrizes, áreas e linhas de pesquisa

### 3.2. Bases legais

## INSTRUTOR

**Paulo Rená da Silva Santarém**, servidor público que atua como Assistente de ministro, no Tribunal Superior do Trabalho. O servidor é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB e Doutorando em Direito, Estado e Constituição também pela UnB.

## CERTIFICAÇÃO

Para obter do certificado do curso serão exigidos do participante:

- ter 70% de aproveitamento nos exercícios constantes no curso;
- acessar todo o conteúdo do curso disponibilizado e
- preencher a Avaliação de Reação na plataforma do CEduc-JT.

## AVALIAÇÃO DE REAÇÃO E DE IMPACTO

A Avaliação de Reação é disponibilizada no último dia do curso e tem como objetivo mensurar o nível de satisfação do participante com o evento.

A Avaliação de Impacto será encaminhada ao participante em, aproximadamente, 60 dias após o final do curso, a fim de estimar a aplicação, no ambiente de trabalho, de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos na capacitação.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA CALEFFI LAUX, CHEFE DE NÚCLEO**, em 14/08/2024, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no inciso I do art. 4º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tst.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0810950** e o código CRC **C61DE52C**.

6006001/2024-00

0810950v20